



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0001540-49.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito**
 Requerente: **VALDEMAR LUIZ FERMINO**
 Requerido: **DANILO CESAR SEVERINO SOUZA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação que tem origem em acidente de trânsito.

Sustentou o autor que na ocasião em apreço estacionou seu automóvel perto de uma lanchonete e que o réu em seguida atingiu sua parte traseira.

Já o réu admitiu que colidiu contra o veículo do autor, ressaltando que então "*sofreu um mau súbito*".

As partes foram instadas a esclarecer se desejavam o alargamento da dilação probatória (fl. 34) , tendo o réu permanecido silente (fl. 38), o que rende ensejo à pronta decisão da causa.

Nada há nos autos a respaldar a versão do réu no sentido de que foi acometido de mau súbito na ocasião em apreço.

Tocava-lhe fazer a prova a esse propósito, na esteira do art. 333, inc. II, do Código de Processo Civil, mas ele não se desincumbiu desse ônus porque nada amealhou a propósito com a contestação e não demonstrou interesse em fazê-lo de outra forma.

Aliás, sequer foi dada alguma explicação concreta sobre o propalado "mau súbito", especialmente quanto à sua natureza e à circunstância de nunca ter porventura anteriormente acometido o autor, o que seria relevante para avaliar se poderia eximir sua responsabilidade.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Diante desse cenário, impõe-se a conclusão de que a culpa do réu está patenteada nos autos, inexistindo dados sólidos que suscitassem dúvidas a seu propósito.

Já no que concerne ao valor postulado, o réu não impugnou de forma específica os orçamentos apresentados pelo autor, além de não indicar por quais motivos eles contemplariam montantes exorbitantes.

Nem mesmo a circunstância deles corresponderem quase ao preço de venda de um automóvel semelhante ao do autor alteraria o panorama traçado.

O Colendo Superior Tribunal de Justiça já se pronunciou no sentido de que se até mesmo o valor da reparação fosse superior ao de mercado do veículo sinistrado isso seria irrelevante:

“A jurisprudência mais remansosa deste Tribunal inclina-se no sentido de que a indenização há que ser feita no quantum necessário para recompor o automóvel ao seu status quo ante do acidente, mesmo que isto enseje importância superior à do mercado, porque, neste ponto, prevalece o interesse da parte lesada. Tem-se por irrelevante a averiguação do valor de mercado do veículo, haja vista que a parte possui o direito a ser indenizado nos termos do art. 948, do Código Civil, não podendo ser obrigada a vender o automóvel, com dedução da sucata, para outro adquirir, por imposição de quem o lesionou. A importância despendida para a reparação do veículo deve corresponder, exatamente, à indenização pelos danos sofridos com o acidente, ainda que aquela represente valor superior à venal do automóvel, pelo que não se sustenta a tese de que o conserto não pode ultrapassar a 70% do valor de mercado do carro. De primordial importância é se levar em consideração a proteção do patrimônio daquele que se viu lesado e que pretendeu ver recuperado seu veículo das avarias causadas pelo acidente. A alienação do automóvel é um ato de vontade própria, de livre manifestação do seu proprietário, não se podendo-lhe impor que o faça para aquisição de outro igual ou similar. 9. Precedentes das 2ª e 3ª Turmas desta Corte Superior. 10. Recurso desprovido.” (STJ, REsp 334.760-SP, 1ª T, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, DJ 25.02.2002, p. 233).

“Responsabilidade civil. Acidente de trânsito. Indenização. A indenização deve corresponder ao montante necessário para repor o veículo nas condições em que se encontrava antes do sinistro, ainda que superior ao valor de mercado; prevalece aí o interesse de quem foi lesado. Recurso especial não conhecido.” (STJ, REsp 69.630-SP, 2ª T, Rel. Min. ARI PARGENDLER, DJ 16.2.98, n. 32, p. 55).

Tal orientação aplica-se com justeza à espécie vertente, não assumindo importância, portanto, o fato do valor pretendido pelo autor ser próximo do preço de mercado de seu veículo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar o réu a pagar ao autor a quantia de R\$ 6.005,00, acrescida de correção monetária, a partir de novembro de 2013 (época do orçamento de fl. 11), e de juros de mora, contados da citação.

Caso o réu não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 12 de agosto de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**